

# Economia e ética\*

Pedro Cezar Dutra Fonseca\*\*

Abordarei a relação entre economia e ética em três aspectos que, embora interligados, serão tratados separadamente para fins de exposição.

1 — Início lembrando que a tensão entre economia e ética remonta ao próprio aparecimento da primeira como ciência. Até o século XVIII, e mais precisamente até o aparecimento da Fisiocracia, as questões econômicas eram integrantes de estudos teológicos, como na Idade Média, ou inseriam-se em tratados de ciência política, como em Maquiavel, Hobbes e Bodin, no início da Idade Moderna. Por isso, para se tornar o que modernamente se chama “ciência”, a economia precisou de independizar da teologia e da política. Desta forma, a idéia de uma ordem natural, cuja expressão econômica era a impessoalidade do mercado, consistia mais do que uma apologia ao capitalismo nascente, mas uma forma de mostrar que as “leis” econômicas possuíam uma lógica independente da vontade dos homens, e que, portanto, não poderiam ser julgadas por um padrão ético ou moral.

A economia, assim, nasce com a negação da política — que expressa a capacidade de os homens se articularem para decidir sobre sua vida em sociedade —, e nasce, portanto, anti-ética, ou melhor, a-ética. A grande tarefa dos primeiros intelectuais iluministas era mostrar que existiam “leis sociais”, muitos deles recorrendo ao modelo orgânico da biologia, como é o caso dos fisiocratas, ou à mecânica de Newton, como Smith. Não há dúvida de que se criou o mito de que quanto mais se opinasse ou trouxesse à baila questões éticas ou morais menos a economia seria ciência — e isto antes do aparecimento do próprio positivismo, que consagraria em um discurso articulado esta proposição filosófica da qual um dos pilares é a negação da própria filosofia. A separação entre Economia Positiva e Economia Normativa — consagrada por John Neville Keynes mas que já se encontrava em Stuart Mill e Walras —, estava geneticamente determinada no dia em que alguém escreveu o primeiro texto imaginando-se cientista econômico.

---

\* Nota apresentada na mesa “Economia e Ética”, durante a “Jornada de economia política do capitalismo contemporâneo”, promovida pela Sociedade Brasileira de Economia Política, no XXVI Encontro Nacional de Economia — ANPEC. Vitória, 08 a 11 de dezembro de 1998.

\*\* Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

Talvez por isso as relações entre os economistas e o poder sejam sempre complicadas — tanto ao fazer ciência, na academia, como no exercício de governos. Lembro, neste sentido, discurso de Galbraith, quando ainda presidente da *American Economic Association*, em 1972, e publicado no Brasil no 2º número da Revista Argumento, pouco antes de ter sua circulação proibida pela ditadura militar. Nele, Galbraith chama atenção para o fato de a economia ignorar o poder: “As características mais debatidas da economia neoclássica ou neokeynesiana”, dizia ele, “são os pressupostos de que o poder, e com ele a política, é alheio ao objeto da ciência econômica”. Neste caso, entender que o mercado é soberano, e com ele o consumidor, reafirmou a negligência com relação às variáveis políticas, às relações de poder, ao papel das grandes corporações, à influência da mídia sobre o consumidor, às disputas eleitorais, aos sindicatos (patronais e de trabalhadores) e, mais recentemente, ao papel das ONGs.

Não há dúvida de que a maior parte dos modelos teóricos de economia deixa de lado as variáveis políticas e éticas em prol de uma ultra-simplificação e busca a elegância como um fim em si mesma. Na própria determinação do preço de equilíbrio entre oferta e demanda, parece que tudo o que é relevante esconde-se no *coeteris paribus*. A maior parte dos modelos sobre inflação deixa de lado (pasmem!) o setor financeiro; as instituições, afora o mercado, são costumeiramente ignoradas — e os economistas que salientam sua importância, mesmo conservadores, são tidos como heterodoxos e pouco respeitados pelo *mainstream*.

No exercício de cargos públicos, a primeira peculiaridade do economista é estar bastante próximo do poder, servi-lo sempre — sem de fato detê-lo: quem serve, serve a outrem. A manipulação de macrovariáveis com implicações sociais sérias, como defesa da recessão, desemprego, cortes em benefícios sociais, violação de direitos individuais, inclusive confisco parcial, temporário ou permanente de bens, sempre é feita em nome de objetivos e valores definidos pela própria economia: a abstrata estabilização quase sempre é preferível ao concreto desemprego — quem pensa o contrário é visto como demagogo — ou, mais recentemente, desinformado e até ignorante.

2 — Em segundo lugar, menciona-se que as relações entre economia e ética tornam-se mais complexas devido a outra peculiaridade da economia como ciência, a qual é destacada ao ser confrontada com as ciências naturais: *a existência de uma teoria influencia decisivamente para que suas previsões venham a concretizar-se*. Este fato, já assinalado por Popper em “A Miséria do historicismo”, aparece também como postulado básico da teoria das expectativas racionais. Assim, *verbi gratia*, é impossível desvincular a Revolução Russa de 1917 da

proposta marxista segundo a qual o capitalismo tenderia para o socialismo; não há dúvida de que a emergência do marxismo, seja como filosofia ou como teoria econômica e da sociedade, ou como teoria da *práxis*, como preferia Gramsci, contribuiu decisivamente para a organização de partidos, sindicatos e outros fatores sem os quais dificilmente se pode entender a vitória dos revolucionários soviéticos. A teoria das expectativas racionais, por sua vez, propõe que se os agentes econômicos acreditam que a inflação vá subir devido a elevação dos gastos públicos, isto tende realmente a acontecer; a crença de que o déficit orçamentário gera inflação é tão ou mais decisiva para a existência da inflação quanto o próprio déficit. E todos estes exemplos vão ao encontro do senso comum: popularmente se sabe que um banco sadio pode quebrar se houver um boato que assegure sua falência, desde que todos se convençam disso.

Estes três exemplos possuem suas especificidades, as quais podem ser exploradas em suas nuances e desdobramentos. Não obstante, têm em comum o postulado de que a crença a respeito de um fato é fundamental para que o mesmo venha a ocorrer. E o que isto tem a ver com a ética? Ora, a Terra gira em torno do sol independentemente de alguém ter ou não formulado o sistema heliocêntrico e derrubado Ptolomeu. Em economia, ao contrário das ciências naturais, cria-se uma relação altamente complexa entre sujeito e objeto; em dado instante, há dificuldade de se saber qual é um e qual é outro. O discurso científico, que era para ser uma tentativa de explicação da realidade, ou de estabelecer correlação funcional entre variáveis, torna-se seu ordenador. Assim, a separação entre economia positiva e economia normativa passa de ponto de discussão epistemológico a problema ético, que envolve a relação entre o economista como cientista e o pesquisador com seu objeto — que, a rigor, é a própria sociedade.

Uma teoria, nesse caso, sempre vem ao mundo com a capa da neutralidade e da isenção — pois sempre se propõe “positiva” —, mas para impor algo que ela mesma tem como pressuposto. Não há um exemplo sequer nas ciências naturais de algo semelhante; e, mesmo nas ciências sociais, raramente se encontram similares. A explicação é ao mesmo tempo doutrina e sentença sintética, para usar a expressão do Positivismo Lógico. Na teoria das expectativas racionais, para seguir o exemplo anterior, os agentes são racionais à medida em que suas ações seguem os próprios pressupostos do modelo, e estes supõem sua racionalidade. Os agentes são racionais para perceberem que aumento em gastos governamentais tende a elevar a inflação, e se antecipam a este fato; mas a racionalidade está sobretudo em os agentes concordarem com uma teoria bem específica de inflação, a que a atribui ao aumento nos gastos públicos — que, como sabemos, não é a única, nem a consensual, nem a menos polêmica teoria

de inflação... Subjacente a esta construção teórica está o fato de que a inflação ocorre não pela influência da(s) variável(eis) apontada(s) como independente(s), mas pelo convencimento de que ela é relevante. Trata-se, portanto, de uma relação entre homens, para usar a expressão de Walras, e não de uma relação entre homens e coisas. Neste caso, as razões da não-neutralidade da ciência são um pouco diferentes das apregoadas seja por Weber (que enfatiza o ato de “fazer” ciência) seja por Marx (que se centra em seu caráter ideológico e de classe), pois se prendem à qualidade do próprio objeto e à percepção do pesquisador como fator interveniente e determinante do próprio modelo pesquisado. Como teorizar, no sentido tradicional empregado a este termo, sobre um objeto cuja existência, dinâmica e definição dependem de minha própria teoria? Este círculo vicioso não compromete a seriedade, a tão propalada isenção das teorias e, principalmente, de quem as formula?

3 — Mas esta não é a única especificidade da economia como ciência, nem a que somente é responsável por suas relações complexas com a ética. Diante das demais ciências ditas sociais, a ciência econômica tem ainda outras peculiaridades que a tornam bastante singular. Dentre as ciências sociais, é ela a que mais se presta à quantificação — e não por influência da Escola Neoclássica, mas devido às próprias categorias com que trabalha. Ao contrário da antropologia, do direito, da sociologia, a grande maioria das categorias e dos termos teóricos da economia pode ser medida, diretamente ou através de *próxis*. É claro que também há variáveis de difícil mensuração, como bem-estar e desenvolvimento econômico, sem contar utilidade e capital, razão de tantas controvérsias. Mas não são os casos de lucro, taxa de lucro, salários, impostos, taxa de juros, poupança, PIB, renda da terra, inflação, preços, oferta monetária, enfim, fluxos, estoques ou taxas passíveis de mensuração. Isto está tão internalizado pelos economistas que mesmo os mais renomados da profissão chegam a confundir determinação com flutuação, como mostrou Ricardo nos seus Princípios — algo só possível quando o número, a grandeza quantitativa, confunde-se com a variável que é expressa por ele.

Mas a especificidade de as variáveis prestarem-se à quantificação talvez não acarretasse nenhum problema ético não fosse outra peculiaridade da economia: a de trabalhar com agregados. As discussões envolvendo ética nas relações humanas desde Aristóteles enfatizaram as relações entre homens, como indivíduos ou como grupos sociais na *pólis*. A ética médica normalmente centra-se entre dois seres humanos — o médico e o paciente — e, no máximo, aparece um terceiro, um feto ou embrião. Como estender esta ética de um para milhões, quando o médico é o economista e o paciente toda uma sociedade?

A economia, desde seu nascedouro, recorreu a variáveis amplas, de dimensão que nenhuma ciência teve coragem de trabalhar, as quais são relacionadas em modelos ultra-simplificados que abrangem sempre todo um país e, às vezes, o mundo inteiro. Não é à toa que mestrandos e doutorandos tenham dificuldade de restringir seus temas de pesquisa, cuja amplitude e pretensão assusta os orientadores: eles foram assim treinados, é assim que agem os clássicos, não-clássicos e vulgares da profissão. Já no movimento fisiocrata, Quesnay, inspirado na circulação sanguínea, a partir da definição de não mais que meia dúzia de variáveis, propôs nada menos que este modelo se estendesse para *toda* a sociedade. Daí para chegar à proposta da criação de uma contabilidade nacional foi um passo. Que seu modelo possa ser considerado ultra-simplificado e até ingênuo para os dias de hoje não há dúvida; mas convenceu seus contemporâneos com relação à fórmula *laissez-faire, laissez-passer* e a respeito da virtude e da superioridade da livre concorrência sobre o intervencionismo mercantilista; e tudo isto sem deixar de apelar tanto para a ordem natural, bem no espírito iluminista, quanto para Deus, já que esta era também manifestação da ordem divina, em forte tom malebranchista.

Este “vício fisiocrata” perdura até os dias de hoje. A facilidade que o economista tem de representar o complexo da vida social em modelos ultra-simplificados, e deles extrair conclusões definitivas e de grande alcance na vida cotidiana dos cidadãos comuns, deixa constringido qualquer outro cientista. Não é à toa que Keynes tenha aconselhado seus colegas serem mais modestos, “a exemplo dos dentistas”.

Mas isto não ocorreu só na Fisiocracia — algo explicável, pois a economia, afinal, apenas começava. Ricardo também, a partir de um modelo de economia aberta aparentemente simples, fez dele decorrer conclusões da envergadura de postular o mais livre comércio entre nações e o fim a qualquer protecionismo e ao colonialismo: este, inclusive, na época, era um ato corajoso. Já Malthus precisou inventar um fundo salarial fixo como parte da renda nacional para chegar a uma proposta muito prática: condenar a ajuda aos pobres nas paróquias, bem como justificar as leis contra a vadiagem. Sem contar sua teoria de demanda efetiva que, associada à da renda da terra, postulava, à guisa de conclusão, a necessidade de protecionismo aos grandes proprietários de terra. Quantas pessoas enriqueceram e empobreceram em decorrência destas teorias, quantas sofreram ou morreram, quantas arbitrariedades foram cometidas em seus nomes?

Na “ética do agregado” tudo desaparece. Domina a idéia segundo a qual os economistas não podem ter culpa de a realidade ser perversa — e, neste as-

pecto, a “realidade” aparece como “natural”, como nos idos tempos da Fisiocracia. Estranhamente o mundo dos economistas teóricos oscila entre o cor-de-rosa e o lúgubre. Em nenhuma ciência, social ou não, apregoam-se coisas tão paradisíacas e otimistas como equilíbrio geral, estabilidade automática, tendências maximizadoras, bem-estar sem conflitos sociais e mercados auto-reguláveis. Mas todo este otimismo — *dominante na análise dos mercados e dos agregados* — cai por terra quando qualquer coisa que lembre seres humanos aparece, como no mercado de trabalho: aqui, quem passa a ser natural é a taxa de desemprego; a população sempre cresce demais e as demandas sociais são sempre descabidas, incompatíveis com o equilíbrio e com a estabilidade. O sofrimento é a regra; do paraíso, vai-se à condenação bíblica de que o homem deve pagar o pão com o suor de seu rosto.

O que a economia vê com otimismo e com pessimismo, separando o joio do trigo, é intrigante e, certamente, pode ser tema de pesquisa e de reflexão.

Hoje sabemos, por pesquisas empíricas, que há uma associação inversa entre nível de salários reais e mortalidade infantil. Este fato, entretanto, é conhecido e ao mesmo tempo ignorado pelos economistas. Mortalidade infantil diz respeito à área da saúde pública; individualmente, os doentes são tratados por médicos. Como profissional, é impossível responsabilizar o economista pela morte de alguém, mesmo que suas decisões tenham contribuído decisivamente para tal. A ética é mais visível e palpável nas relações interpessoais; na macroeconomia dos agregados, é apenas o deslocamento de uma curva. Assim como para os atuais falsificadores de remédios, as vítimas nunca são conhecidas: não passam de números ocultos em estatísticas. Nos romances policiais, geralmente se conhece a vítima e o suspense consiste em desvendar o autor do crime; no trabalho dos agregados, o assassino é conhecido e as vítimas são resguardadas pelo anonimato. O reino das aparências encarrega-se de convencer que não há crime, nem intencionalidade, nem dramas de consciência...

Assim, toda postura ética — necessariamente assentada numa relação entre homens —, desaparece, e não apenas por esta relação estar aparentando uma relação entre coisas, como salientou Marx. É por este motivo também, mas, mais que isto, por estar assentada na contabilidade dos agregados, que dilui, impessoaliza, empresta ar de isenção. As coisas e os agregados colaboram, sob formas diferentes mas que apontam no mesmo sentido, para obscurecer as relações entre homens, e portanto legitimando, no mundo da aparência, o caráter a-ético e anti-ético da economia.

Seria este o preço pago pela economia para ganhar *status* de discurso científico, seu pecado original, ao pretender libertar-se da teologia e da ciência política?